

As bases democráticas da ação educacional

Na área da Educação, a meta prioritária do Governo foi o resgate do ensino público, com fundamento na democratização da escola e das relações de trabalho no sistema oficial. O Plano Quadrienal de Educação consolida as ações desenvolvidas neste sentido, e o envolvimento de toda a comunidade educacional (dirigentes, professores, técnicos e funcionários) na elaboração do próprio Plano atesta essa determinação.

Para atendimento a 352 mil alunos, o sistema oficial de ensino conta hoje com 443 escolas, 16 mil professores, 180 especialistas em educação e 7.600 servidores técnico-administrativos.

Os programas e projetos executados a partir de 1985 apresentam resultados que refletem o avanço no setor.

Na área pedagógica, responsável pela atividade-fim do sistema, merecem destaque as seguintes ações realizadas:

1. Revisão das propostas pedagógicas dos diversos graus e modalidades de ensino, as quais passaram a se fundamentar na visão crítico-social da educação, a partir da qual os currículos e programas buscam despertar e desenvolver a consciência crítica do aluno, num processo em que se conjugam a experiência concreta e a prática social do educando.

2. Implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, que se caracteriza pela unificação das séries iniciais de 1º Grau, com o objetivo de tornar eficiente o processo de alfabetização e, em consequência, reduzir os índices de evasão e repetência na 1ª e na 2ª série. Bem como a criação de Centros de Alfabetização no Plano Piloto e nas cidades-satélites.

3. Revitalização do ensino acadêmico de 1º e 2º graus, como forma de garantir o aprofundamento e a continuidade de estudos, ampliando assim, as oportunidades de ingresso do aluno em cursos superiores.

4. Revitalização dos cursos de Magistério, com adoção do tempo integral e fortalecimento da educação geral, no sentido de melhor preparar o aluno para o exercício da profissão.

5. Fortalecimento do ensino noturno, mediante integração das modalidades regular e supletiva, visando proporcionar ao aluno trabalhador uma educação compatível com suas reais necessidades.

6. Implantação da administração colegiada, em 84 estabelecimentos de ensino, no sentido de promover a participação direta de professores, pais, alunos e funcionários na condução do processo pedagógico e gerencial da escola.

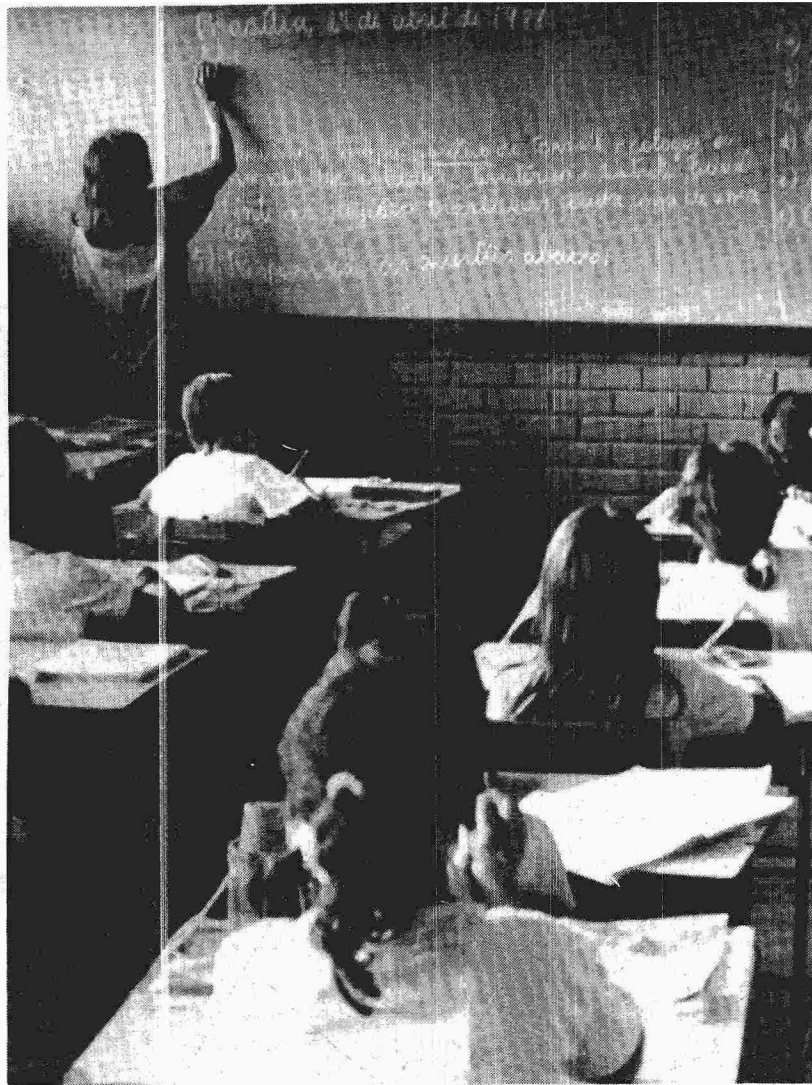
7. Implantação do regime de tempo integral, com fornecimento de alimentação, em sete escolas (pré-escolar, 1º grau e ensino especial) e nos cursos de Magistério; experiência a ser gradativamente expandida, de acordo com a disponibilidade de recursos.

8. Redefinição da tipologia das escolas, compatibilizando as instalações físicas com o tipo de ensino ministrado, com vistas a melhor atendimento às necessidades do aluno e aproveitamento dos recursos humanos e materiais.

No tocante à rede física, foram construídas 564 salas de aula: 382 em prédios novos e 182 em 37 prédios existentes.

Os serviços de reforma de prédios escolares beneficiaram 257 estabelecimentos de ensino, que representam 58% da rede. Tais serviços abrangeram desde a recuperação das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, a substituição de vidros, construção de muros, até a reforma geral ou reconstrução do prédio.

No que concerne à administração geral da Fundação Educacional,



foram promovidas ações significativas sob os aspectos de modernização da estrutura e funcionamento e de aperfeiçoamento da política de valorização de recursos humanos:

1. Implantação dos quadros de carreira para o grupo Magistério e para os servidores técnico-administrativos, medida que veio atender a reivindicações de mais de vinte anos dessas categorias profissionais e que se caracteriza como fator preponderante na melhoria da qualidade do ensino, uma vez que estimula e promove a qualificação dos professores e demais trabalhadores da educação.

2. Aperfeiçoamento das relações de trabalho, consubstanciado em acordos coletivos firmados com as entidades representativas das categorias profissionais do setor. Nesses instrumentos são assegurados aos servidores da Fundação Educacional vantagens que os colocam em posição indiscutivelmente privilegiada

em relação aos professores, técnicos e outros trabalhadores da educação do Distrito Federal e demais unidade da Federação. Entre essas garantias destaca-se a estabilidade no emprego, licença remunerada para gestante (114 dias, incluindo amamentação) e para estudos em nível de pós-graduação, readmissão de servidores demitidos por motivo político antes de 1985.

3. Criação da Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal, que representa a garantia de crescimento profissional dos servidores, e, em consequência, da elevação da qualidade de ensino.

4. Criação de oito Diretorias Regionais de Ensino, em substituição a 16 Complexos Escolares, as quais, ensejando a economia de recursos, vêm concorrer para o aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais, administrativos e financeiros do complexo educacional do Distrito Federal.